

Concessionária ViaRio S.A.

**Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanco patrimonial	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“CCR ViaRio” ou “Companhia” ou “Concessionária”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ” ou “Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 26 de abril de 2047.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia (“Subsídio”), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

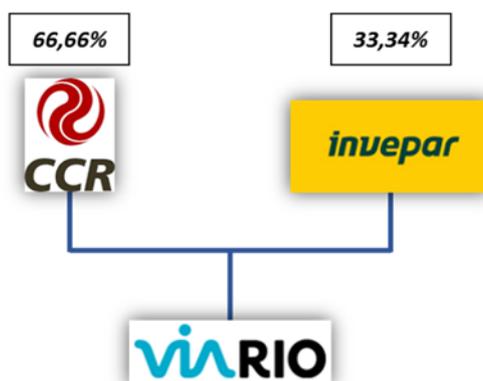
O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2019, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

Comunicação: Realização da campanha “Atitude ViaRio”, objetivando esclarecer o que é *Compliance*, destacar os principais pontos do Código de Conduta e Ética, rever valores e fortalecer princípios, através da criação de peças que tornem a ação permanente, demonstrando que a Companhia e os seus colaboradores estão alinhados com os princípios e normas de *Compliance* e firmando cada vez mais o reconhecimento da ViaRio como uma empresa transparente, confiável, correta e íntegra.

Eficiência: A Companhia reavaliou sua estrutura e processos para aumentar a eficiência da empresa e reduzir seus custos e despesas.

Engenharia: No último trimestre, executou-se a obra de melhoria do acesso para alça da Marechal Fontenelle com objetivo de facilitar o acesso à via e, conseqüentemente, aumentar o volume do tráfego.

Operação: Implantação de projetos de eficiência energética que, em conformidade com as normas brasileiras, já estão trazendo redução do consumo de energia, de emissão de equivalente de carbono e dos custos.

Comercial: Em 2019, a Concessionária firmou parceria com duas empresas de meio de pagamento para estimular a venda de TAG para melhoria de fluidez na praça de pedágio através do fomento da pista automática. Dessa forma, as empresas divulgaram suas marcas nos espaços publicitários da Via gerando receita acessória.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O período de eleição tanto para os Conselheiros do Conselho de Administração quanto da diretoria é de 2 anos.

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Sami Farah Junior	Flavio da Costa Vaz	Diretor Adm. Financeiro
João Daniel Marques da Silva		
Guilherme Motta Gomes		
Eduardo Marques de Almeida Dantas		
Pedro Augusto Cardoso da Silva		

Programa de *Compliance*

Em 2019, a Companhia atualizou o seu Código de Ética e Conduta (“Código”) e a Política de Integridade, que estabelecem diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da ViaRio.

Além disso, a Companhia mantém seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da ViaRio - www.canalconfidencial.com.br/viario. Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

2.2. Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 180 e 165, respectivamente.

Treinamentos

Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o “Projeto Integração”, garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2019 foram realizadas 3.310 horas de treinamentos visando esta qualificação. Ainda em 2019 foram realizadas 1.435 horas de treinamentos técnicos voltados à capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 4.745 horas de treinamento.

Oportunidades Internas

A Companhia busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores, desde que os mesmos preencham as exigências da nova função e como segunda opção, prioriza os candidatos residentes nas regiões de atuação da Companhia.

Jovem Aprendiz

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho aos jovens. Através do Programa “Jovem Aprendiz”, a Companhia contribui no desenvolvimento destes futuros profissionais, no aprendizado das atividades da Companhia, e os preparando para o mercado de trabalho, além de estimulá-los na continuidade de sua formação acadêmica.

Pessoas com deficiências (PCD)

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	152.679	136.568	16.111	12%
Receitas de construção (ICPC 01)	3.108	1.357	1.751	129%
Receitas acessórias	673	55	618	1124%
Receita bruta	156.460	137.980	18.480	13%
(-) Impostos sobre receitas	(13.332)	(11.887)	(1.445)	12%
(-) Devoluções e abatimentos	(4)	(178)	174	-98%
(-) Deduções das receitas brutas	(13.336)	(12.065)	(1.271)	11%
Receita líquida	143.124	125.915	17.209	14%

O valor total de receita bruta no ano de 2019 foi de R\$ 156,4 milhões, sendo que R\$ 152,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva de 12% quando comparado aos R\$ 136,5 milhões do exercício de 2018. Justifica-se tal fato com o crescimento do tráfego na via e o reajuste da tarifa de pedágio. Em 2019 passaram pela praça de pedágio principal um total de 20,4 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP).

3.2. Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	(14.070)	(13.186)	(884)	7%
Custo com Pessoal	(14.300)	(19.421)	5.121	-26%
Materiais Equipamentos e Veículos	(1.631)	(1.443)	(188)	-13%
Outros	(6.089)	(7.069)	980	-14%
Total	(36.090)	(41.119)	5.029	-12%

Ao final de 2019, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 36,1 milhões, uma redução de R\$ 5 milhões quando comparados a 2018. Essa variação de 12% deu-se principalmente por ações relacionadas a reestruturação organizacional, otimização dos contratos com fornecedores e melhoria contínua de processos internos.

3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	(81.277)	(86.225)	4.948	-6%
Juros sobre debêntures e financiamentos	(56.958)	(63.741)	6.783	-11%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(24.139)	(22.044)	(2.095)	10%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(330)	(212)	(118)	56%
Capitalização de custo dos empréstimos	616	375	241	64%
Outras despesas financeiras	(466)	(603)	137	-23%
Receitas Financeiras	3.730	1.966	1.764	90%
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.715	1.930	1.785	92%
Juros e outras receitas financeiras	15	36	(21)	-58%
Resultado Financeiro Líquido	(77.547)	(84.259)	6.712	-8%

A Companhia finalizou o exercício de 2019 com um resultado financeiro de R\$ 77,5 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre debêntures e financiamentos.

Quando comparados ao exercício anterior, temos uma redução dos juros devido à diminuição do saldo devedor e principalmente à queda do CDI.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 634,4 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela Companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028.

3.5. Investimentos

No ano de 2019 foram realizados R\$ 7,2 milhões em investimentos, destacando-se: implantação da usina fotovoltaica, automação do túnel (controle de utilidades), obra de melhoria para acesso da Av. Marechal Fontenelle, melhoria nos dispositivos de drenagem ao longo da rodovia.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2019 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício.

4. Sustentabilidade

Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2019 foram realizadas as seguintes ações:

Cine em Cena: Cinema itinerante com a participação de 2.225 pessoas diretamente e 8.900 indiretamente.

Projeto BuZum: Realização do teatro de bonecos adaptado dentro de um ônibus com temáticas educativas para 1.244 alunos e educadores da rede pública.

Programa Caminhos para Cidadania: Educação no trânsito, cidadania e meio ambiente para alunos da rede pública de ensino. Em 2019 o programa atendeu 15 escolas, 2.696 alunos e 70 professores em diversas regiões do entorno.

Apresentação de Teatro: Realizado espetáculo “A Viagem Certa” contemplando os alunos inseridos no 4º e 5º ano das escolas que participam do programa Caminhos para a Cidadania. Foram 1.253 participantes entre educadores, alunos e seus familiares.

Teatro A bordo: É um teatro móvel solar, com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco, O Teatro a Bordo abre espaço também para os artistas locais, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. Participaram 1.215 pessoas.

Projeto Bora Batucar - Projeto de Incentivo fiscal (ISS) conforme Lei de Incentivo à Cultura: Tem o objetivo de promover a inclusão social e empoderamento de adolescentes e jovens através da música, desenvolver o conhecimento teórico e prático de Percussão-Samba-Reggae junto aos participantes, buscando como resultado a formação de uma banda profissional. Participaram do projeto diretamente 47 adolescentes e jovens lindeiros do entorno da via e indiretamente 558.

5. Outras informações relevantes

i. Reajuste anual tarifário

Em janeiro de 2019, a Concessionária ingressou com ação judicial com o objetivo de garantir o reajuste anual tarifário (variação do IPCA-e) previsto no contrato de concessão. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão liminar em agravo de instrumento autorizando a nova tarifa de R\$ 7,50 a ser praticada a partir de 27 de fevereiro de 2019. Em 24 de agosto de 2019 foi proferida a sentença confirmando o direito ao reajuste da tarifa de pedágio, a sentença essa que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em julgamento realizado no último dia 05 de fevereiro de 2020.

ii. CPI

Em agosto de 2019, foi instaurada a CPI Nª 1.486/2019 com finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades no contrato de concessão do município do Rio de Janeiro com a concessionária ViaRio S.A., e tendo como foco o esclarecimento acerca da instalação e cobrança de pedágio nas alças de acesso. Os representantes da Concessionária compareceram em audiência realizada em 10 de dezembro de 2019, e tiveram a oportunidade de esclarecer todas as indagações que lhes foram formuladas pelos integrantes da CPI. Adicionalmente, a Concessionária, prestou os esclarecimentos e forneceu os documentos que lhes foram solicitados, via ofício CPI – Res. 1486/2019 nº 006/2019. Aguarda-se à apresentação do Relatório Final dos Trabalhos.

Diante dos fatos suscitados nas audiências e no ofício referido até o momento, a Companhia não tem a expectativa que constem quaisquer irregularidades imputáveis à ViaRio nesse relatório, bem como não espera quaisquer efeitos adversos à Concessionária.

6. Considerações finais

6.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.2. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 – Setor 2 – 17º andar – Centro
20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207- 9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 2(g) e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e, utilizou o cálculo do valor em uso, para mensuração do valor recuperável.

Para cálculo do valor em uso, utilizou-se o método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de desconto que reflitam os riscos específicos..

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, as quais incluem a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, a qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.

Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 2(l) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas por seu plano de negócios.

Como auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recalcule matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária.

Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.

Consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.424	10.733	Debêntures	12	36.711	26.658
Aplicações financeiras	6	95.432	50.390	Fornecedores		4.068	2.280
Contas a receber	7	5.473	5.108	Contas a pagar - partes relacionadas	9	324	361
Tributos a recuperar		749	369	Impostos e contribuições a recolher		1.509	1.419
Seguros a apropriar		428	594	Obrigações sociais e trabalhistas		2.698	3.649
Despesas antecipadas e outros		274	472	Outras contas a pagar		62	452
Adiantamento a fornecedores		126	164				
				Total do passivo circulante		45.372	34.819
Total do ativo circulante		105.906	67.830				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	12	585.629	601.669
Conta Reserva		-	13	Mútuos - partes relacionadas	9	282.949	265.239
Impostos diferidos	8b	80.201	78.077	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	13	68	69
Despesas antecipadas e outros		-	2.817	Impostos a recolher		10.966	7.473
		80.201	80.907	Provisão de manutenção	14	6.187	3.432
				Outras contas a pagar		21	39
				Total do passivo não circulante		885.820	877.921
Imobilizado	10	31.462	34.524				
Intangível	11	835.400	855.147	Patrimônio líquido			
Intangível em construção	11	3.548	3.685	Capital social	15a	283.191	283.191
				Prejuízos acumulados		(157.866)	(153.838)
Total do ativo não circulante		950.611	974.263			125.325	129.353
Total do ativo		1.056.517	1.042.093	Total do passivo e patrimônio líquido		1.056.517	1.042.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	16	143.124	125.915
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(3.108)	(1.357)
Serviços		(8.186)	(7.709)
Depreciação e amortização	10 e 11	(29.949)	(27.969)
Custo com pessoal		(10.247)	(13.344)
Provisão de manutenção	14	(2.425)	(2.338)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.336)	(1.157)
Outros		(3.694)	(5.484)
		<u>(58.945)</u>	<u>(59.358)</u>
Lucro bruto		84.179	66.557
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(4.053)	(6.077)
Serviços		(5.884)	(5.477)
Materiais, equipamentos e veículos		(295)	(286)
Depreciação e amortização	10 e 11	(482)	(539)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(192)	(184)
Água, luz, telefone, internet e gás		(978)	(692)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(221)	(206)
Gastos com viagens e estadias		(50)	(52)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(17)	(36)
Ressarcimento ao usuário		(19)	(15)
Editais e publicações		(105)	(115)
Despesas legais e judiciais		(64)	(13)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(32)	(1)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		2	(4)
Outros		(717)	(267)
		<u>(13.107)</u>	<u>(13.964)</u>
Outros resultados operacionais		323	737
Resultado antes do resultado financeiro		71.395	53.330
Resultado financeiro	17	(77.547)	(84.259)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(6.152)</u>	<u>(30.929)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	2.124	10.297
Prejuízo líquido do exercício		<u>(4.028)</u>	<u>(20.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo líquido do exercício	(4.028)	(20.632)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(4.028)</u>	<u>(20.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	283.191	(133.206)	149.985
Prejuízo do exercício	-	(20.632)	(20.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	283.191	(153.838)	129.353
Prejuízo do exercício	-	(4.028)	(4.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>283.191</u>	<u>(157.866)</u>	<u>125.325</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(4.028)	(20.632)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.124)	(10.297)
Depreciação e amortização	30.431	28.508
Baixa do ativo imobilizado e intangível	367	-
Juros sobre debêntures e financiamentos	56.958	63.741
Capitalização de custo de empréstimos	(616)	(375)
Constituição da provisão de manutenção	2.425	2.338
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	330	212
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	20	1
Provisão para perda esperada - contas a receber	(2)	3
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	24.139	22.044
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1	8
	111.929	106.183
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(363)	(474)
Tributos a recuperar	(380)	1.777
Despesas antecipadas e outros	3.181	1.134
Adiantamento a fornecedores	38	42
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.788	(131)
Contas a pagar - partes relacionadas	(6.466)	(2.902)
Impostos e contribuições a recolher	3.583	1.349
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(22)	(37)
Obrigações sociais e trabalhistas	(951)	(666)
Outras contas a pagar	(408)	376
	107.901	86.019
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	107.901	86.019
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.034)	(3.240)
Aquisição de ativo intangível	(3.202)	(1.334)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(45.042)	(42.549)
	(52.278)	(47.123)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(52.278)	(47.123)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Conta reserva	13	(13)
Debêntures:		
Captações	-	603.641
Pagamentos de principal	(6.200)	(598.419)
Pagamentos de juros	(56.745)	(119.557)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	-	84.590
	(62.932)	(29.758)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(62.932)	(29.758)
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(7.309)	9.138
Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.733	1.595
No final do exercício	3.424	10.733
	(7.309)	9.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Concessionária ViaRio iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

- **Reajuste anual tarifário**

Em janeiro de 2019, a Concessionária ingressou com ação judicial com o objetivo de garantir o reajuste anual tarifário (variação do IPCA-e) previsto no contrato de concessão. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão liminar em agravo de instrumento autorizando a nova tarifa de R\$ 7,50 a ser praticada a partir de 27 de fevereiro de 2019. Em 24 de agosto de 2019 foi proferida a sentença confirmando o direito ao reajuste da tarifa de pedágio, a sentença essa que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em julgamento realizado no último dia 05 de fevereiro de 2020.

- **CPI**

Em agosto de 2019, foi instaurada a CPI N^a 1.486/2019 com finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades no contrato de concessão do município do Rio de Janeiro com a concessionária ViaRio S.A., e tendo como foco o esclarecimento acerca da instalação e cobrança de pedágio nas alças de acesso. Os representantes da Concessionária compareceram em audiência realizada em 10 de dezembro de 2019, e tiveram a oportunidade de esclarecer todas as indagações que lhes foram formuladas pelos integrantes da CPI. Adicionalmente, a Concessionária, prestou os esclarecimentos e forneceu os documentos que lhes foram solicitados, via ofício CPI – Res. 1486/2019 n^o 006/2019. Aguarda-se à apresentação do Relatório Final dos Trabalhos.

Diante dos fatos suscitados nas audiências e no ofício referido até o momento, a Companhia não tem a expectativa que constem quaisquer irregularidades imputáveis à ViaRio nesse relatório, bem como não espera quaisquer efeitos adversos à Concessionária.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "m".

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas:

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2).

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

o) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 16 de março de 2020, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2m	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
13	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários
14	Provisão de manutenção
18	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 12 e 18.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	64.554	74.231	92.250	106.809	510.104
Fornecedores e outras contas a pagar	4.130	21	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	784.346
Contas a pagar - partes relacionadas	324	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2019	2018
Caixas e bancos	1.061	1.433
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	2.363	9.300
Total - Caixa e equivalentes de caixa	3.424	10.733
	2019	2018
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	95.432	50.390
Total - Circulante	95.432	50.390

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,13% do CDI, equivalente a 5,71% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,24% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	63	14
Pedágio eletrônico (b)	<u>5.413</u>	<u>5.099</u>
	5.476	5.113
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(3)</u>	<u>(5)</u>
	<u>5.473</u>	<u>5.108</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos a vencer	5.470	5.106
Créditos vencidos até 60 dias	3	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3</u>	<u>5</u>
	<u>5.476</u>	<u>5.113</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(6.152)	(30.929)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.092	10.516
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(82)	(51)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	115	(167)
Outros ajustes tributários	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>2.124</u>	<u>10.297</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>35%</u>	<u>33%</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019				
	2018	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	123.132	3.608	126.740	126.740	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	573	(158)	415	415	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	2	(1)	1	1	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23	-	23	23	-
Provisão de manutenção	1.167	937	2.104	2.104	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(46.945)	(2.262)	(49.207)	5.789	(54.996)
Provisão para Fornecedores	117	(117)	-	-	-
Outros	8	117	125	125	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	78.077	2.124	80.201	135.197	(54.996)
Compensação de imposto	-	-	-	(54.996)	54.996
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>78.077</u>	<u>2.124</u>	<u>80.201</u>	<u>80.201</u>	<u>-</u>

	2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	15.649	123.132	123.132	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	(41)	573	573	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	1	2	2	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	33	(10)	23	23	-
Provisão de manutenção	298	869	1.167	1.167	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(40.649)	(6.296)	(46.945)	10.956	(57.901)
Provisão para Fornecedores	-	117	117	117	-
Outros	-	8	8	8	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	67.780	10.297	78.077	135.978	(57.901)
Compensação de imposto	-	-	-	(57.901)	57.901
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>67.780</u>	<u>10.297</u>	<u>78.077</u>	<u>78.077</u>	<u>-</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2019
2020	1.422
2021	2.668
2022	5.230
2023	7.122
de 2024 em diante	110.298
	<u>126.740</u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção / Imobilizado/ Intangível	Despesas financeiras	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras					
CCR S.A.	1.816 (a)	-	16.091 (b)	188.604 (b)	142 (a)
Invepar	-	-	8.048 (b)	94.345 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CPC	2.069 (c)	-	-	-	162 (c)
Barcas	-	-	-	-	20 (d)
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>3.885</u>	<u>-</u>	<u>24.139</u>	<u>282.949</u>	<u>324</u>
	Transações			Saldos	
	2018			2018	
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção / Imobilizado/ Intangível	Despesas financeiras	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras					
CCR S.A.	1.660 (a)	655 (a)	14.694 (b)	176.780 (b)	136 (a)
Invepar	-	-	7.350 (b)	88.459 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CPC	1.329 (c)	1.180 (c)	-	-	160 (c)
Barcas	-	-	-	-	32 (d)
ViaLagos	-	-	-	-	33 (d)
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>2.989</u>	<u>1.835</u>	<u>22.044</u>	<u>265.239</u>	<u>361</u>

Despesas com profissionais chave da Administração

	2019	2018
Remuneração: (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	793	1.613
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	261	-
Previdência privada	38	26
Seguro de vida	2	2
	<u>1.094</u>	<u>1.641</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (e)	282	19

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.400. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados (“PLR”) e inclui os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a.. O vencimento de 1 contrato será em 01 de junho de 2028 e de 7 contratos em 16 de janeiro de 2034;
- c) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, e
- e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

		2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		1.105	-	(367)	9	747
Máquinas e equipamentos		31.210	-	-	126	31.336
Veículos		3.521	-	-	254	3.775
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		5.378	-	-	245	5.623
Imobilizações em andamento		3.158	4.384	-	(2.926)	4.616
Total custo		44.808	4.384	(367)	(2.292)	46.533
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(269)	(115)	-	-	(384)
Máquinas e equipamentos	10	(6.467)	(3.189)	-	-	(9.656)
Veículos	23	(2.063)	(867)	-	-	(2.930)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	12	(1.049)	(616)	-	-	(1.665)
Total depreciação		(10.284)	(4.787)	-	-	(15.071)
Total geral		34.524	(403)	(367)	(2.292)	31.462

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Móveis e utensílios		1.104	-	1	1.105
Máquinas e equipamentos		30.817	-	393	31.210
Veículos		3.519	-	2	3.521
Instalações e edificações		436	-	-	436
Sistemas operacionais		5.313	-	65	5.378
Imobilizações em andamento		657	3.368	(867)	3.158
Total custo		41.846	3.368	(406)	44.808
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	(159)	(110)	-	(269)
Máquinas e equipamentos	10	(3.252)	(3.215)	-	(6.467)
Veículos	25	(1.197)	(866)	-	(2.063)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(458)	(591)	-	(1.049)
Total depreciação		(5.502)	(4.782)	-	(10.284)
Total geral		36.344	(1.414)	(406)	34.524

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Bens totalmente depreciados.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 350 em 2019 (R\$ 128 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 8,56 % a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,84% a.a. em 2018.

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura		903.204	-	3.503	906.707
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.896	-	73	3.969
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	102	205	307
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		-	-	2.014	2.014
Intangível		907.100	102	5.795	912.997
Intangível em construção		3.685	3.366	(3.503)	3.548
Total custo		910.785	3.468	2.292	916.545
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(49.661)	(24.975)	-	(74.636)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.292)	(501)	-	(2.793)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	-	(168)	-	(168)
Total amortização		(51.953)	(25.644)	-	(77.597)
Total geral		858.832	(22.176)	2.292	838.948

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		905.308	(2.282)	-	178	903.204
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.490	-	-	406	3.896
Intangível		908.798	(2.282)	-	584	907.100
Intangível em construção		-	2.282	1.581	(178)	3.685
Total custo		908.798	-	1.581	406	910.785
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(26.642)	-	(23.019)	-	(49.661)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.585)	-	(707)	-	(2.292)
Total amortização		(28.227)	-	(23.726)	-	(51.953)
Total geral		880.571	-	(22.145)	406	858.832

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 266 em 2019 (R\$ 247 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 8,56 % a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 9,84% a.a. em 2018.

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	2018
1. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	12.131	Fevereiro de 2028	622.340	628.327 (b)
				12.131		622.340	628.327
Circulante							
Debêntures						38.962	28.893
Custos de transação						(2.251)	(2.235)
						36.711	26.658
Não Circulante							
Debêntures						595.509	613.800
Custos de transação						(9.880)	(12.131)
						585.629	601.669

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa proporcional das acionistas.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2019
2021	32.859
2022	53.329
2023	72.213
2024 em diante	437.108
	595.509

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas.

A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração e o prêmio para resgate antecipado serão aplicados durante o período de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, sendo que em 05 de fevereiro de 2023 a remuneração e os prêmios de resgate deverão ser repactuados pela emissora.

Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contratar dívidas adicionais acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

A debênture contará com as seguintes garantias:

- (i) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas;
- (ii) **Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados;
- (iii) **Garantia Fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da emissora;
- (iv) **Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Dívida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Dívida seja preenchida.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2018		2019			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	-	23	(5)	(18)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	69	4	(2)	(4)	1	68
	<u>69</u>	<u>27</u>	<u>(7)</u>	<u>(22)</u>	<u>1</u>	<u>68</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2019	2018
Cíveis	<u>7</u>	-
	<u>7</u>	-

14. Provisão de manutenção

	2018	2019		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	<u>3.432</u>	<u>2.425</u>	<u>330</u>	<u>6.187</u>

As taxas anuais de 2018 e 2019 para cálculo do valor presente, foram de 7,54% e 6,60%, respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191.

As ações estão assim distribuídas:

	Participação acionária	2019		2018	
		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
Acionistas					
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Total		<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>	<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receitas operacionais

	2019	2018
Receitas de pedágio	152.679	136.568
Receitas de construção (ICPC 01 / R1)	3.108	1.357
Receitas acessórias	673	55
Receita bruta	156.460	137.980
Impostos sobre receitas	(13.332)	(11.887)
Devoluções e abatimentos	(4)	(178)
Deduções das receitas brutas	(13.336)	(12.065)
Receita líquida	143.124	125.915

17. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(56.958)	(63.741)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(24.139)	(22.044)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(330)	(212)
Capitalização de custo dos empréstimos	616	375
Outras despesas financeiras	(466)	(603)
	(81.277)	(86.225)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.715	1.930
Juros e outras receitas financeiras	15	36
	3.730	1.966
Resultado financeiro líquido	(77.547)	(84.259)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.061	-	-	1.433	-	-
Aplicações financeiras	97.795	-	-	59.690	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	-	-	13	-	-
Contas a receber	-	5.473	-	-	5.108	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(622.340)	-	-	(628.327)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(4.129)	-	-	(2.771)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(282.949)	-	-	(265.239)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(324)	-	-	(361)
Total	98.856	5.473	(909.742)	61.136	5.108	(896.698)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva -** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas e mútuos – partes relacionadas** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	634.471	709.908	642.693	726.093

a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	97.795	59.703

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Fevereiro de 2028	634.471	(46.932)	(54.083)	(61.234)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		71.976	3.069	3.836	4.602
Aplicação financeira (Santander Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		25.820	1.087	1.359	1.630
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(42.776)</u>	<u>(48.888)</u>	<u>(55.002)</u>
Efeito sobre as debêntures				(46.932)	(54.083)	(61.234)
Efeito sobre as aplicações financeiras				<u>4.156</u>	<u>5.195</u>	<u>6.232</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(42.776)</u>	<u>(48.888)</u>	<u>(55.002)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
			CDI ⁽²⁾	4,40%	5,50%	6,60%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Debêntures</u>	<u>Aplicações financeiras - conta reserva</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(628.327)	13	(265.239)	(893.553)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	62.945	-	-	62.945
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	(13)	-	(13)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	62.945	(13)	-	62.932
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(56.958)	-	(24.139)	(81.097)
Imposto de renda retido na fonte	-	-	6.429	6.429
Total das outras variações	(56.958)	-	(17.710)	(74.668)
Saldo Final	<u>(622.340)</u>	<u>-</u>	<u>(282.949)</u>	<u>(905.289)</u>

20. Evento subsequente

• **Coronavírus**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
João Daniel Marques da Silva	Conselheiro
Sami Farah Junior	Conselheiro
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro
Eduardo Marques de Almeida Dantas	Conselheiro
Pedro Augusto Cardoso da Silva	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Flávio da Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki	Presidente do Conselho
Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro
Leandro Ferreira Gonçalves	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ